

§ 2º A compensação dar-se-á através de plantio de espécies vegetais nativas preferencialmente no imóvel em que se deu a supressão ou o transplante, conforme quantidades previstas no Anexo I e especificações constantes no Anexo II desta Lei.

§ 3º Na impossibilidade de efetuar o plantio no imóvel em que se deu a supressão ou o transplante, a compensação poderá ser executada prioritariamente no entorno ou no bairro do empreendimento.

§ 4º A critério da SMMA, o plantio compensatório a que se refere o artigo 4º poderá ser convertido, isolado ou cumulativamente, em:

I – serviços de manejo da arborização pública;

II – execução de obras ou serviços para implantação, urbanização e manutenção de áreas verdes públicas;

III – entrega de mudas nativas a SMMA;

IV – fornecimento de materiais, equipamentos ou serviços a serem utilizados no manejo e gestão da vegetação localizada em áreas públicas;

V – projetos de educação ambiental desenvolvidos pela SMMA;

§ 5º O custo de 1 muda de árvore plantada na zona urbana da cidade de Lavras do Sul, para efeito de conversão, fica fixado em 0,2 URM.

Art.5º Os vegetais suprimidos em logradouros públicos, deverão ser preferencialmente substituídos, de acordo com as normas de plantio orientadas pela SMMA.

§ 1º Não havendo espaço adequado no mesmo local, o plantio será realizado no entorno, de forma a manter a densidade arbórea das adjacências.

§ 2º Nos casos em que a supressão decorrer de obras de interesses particular, as despesas correlatas com o plantio deverão ser pagas pelo interessado.

§ 3º Os vegetais tombados por decreto municipal, que estejam colocando em risco a população, ou em risco de provocar danos materiais, verificado por laudo técnico da SMMA, poderão ser suprimidos, sendo substituídos por outro da mesma espécie.

§ 4º No caso de impossibilidade da substituição prevista no § 3º, o vegetal deverá ser removido e posteriormente deverá ser solicitado pela SMMA o seu destombamento.

Art. 6º Em obras ou atividades privadas na área urbana, sujeitas ao procedimento de licenciamento ambiental municipal, a compensação vegetal tratada nesta Lei poderá ser definida em critérios próprios na competente licença, utilizando-se como parâmetros mínimos as quantidades previstas no Anexo I, sem prejuízo do disposto no artigo 4º.

Art. 7º A compensação de que trata o art. 4º será firmada através de Termo de Compensação Vegetal (TCV).

Ca